

## La pobreza y las políticas sociales en México. Intervención de los albergues infantiles en Ciudad Juárez, Chihuahua

*The poverty and the social policies in Mexico. Intervention of the infantile lodgings in City Juarez, Chihuahua*

*Pobreza e políticas sociais no México. Abrigos de intervenção infantil em Ciudad Juarez, Chihuahua*

**Liliana Ángel Mejía**

Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México

[lily\\_41189@hotmail.com](mailto:lily_41189@hotmail.com)

**Nemesio Castillo Viveros**

Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, México

[nemesio.castillo@uacj.mx](mailto:nemesio.castillo@uacj.mx)

### Resumen

Este artículo tiene la finalidad de analizar las políticas y los programas sociales que se han desarrollado en México a través de los últimos sesenta años, ya que existen poblaciones que se encuentran en pobreza y vulnerabilidad, por lo que requieren la atención del Estado. Aunque se llevan a cabo programas sociales, estos no han sido suficientes para combatir la pobreza, así que las organizaciones de la sociedad civil juegan un papel importante en los diferentes contextos. En este caso, se analizan y se reflexionan las aportaciones de la mesa de albergues en Ciudad Juárez, quienes contribuyen en el cuidado de la infancia en situaciones de vulnerabilidad, vinculados con el Sistema para el Desarrollo Integral de la Familia.

**Palabras clave:** políticas sociales, programas sociales, pobreza, sociedad civil, albergues.

## Abstract

The written present has the purpose of analyzing the social policies and the social programs that have developed in Mexico across last 60 years. The populations who are in poverty and vulnerability need the attention of the State. Though there are carried out social, these programs they have not been sufficient to attack the poverty, for what the Organizations of the Civil society play an important paper in the different contexts. In this case, it is analyzed and there are thought over the contributions of the Table of Lodgings in City Juarez, who contribute in the care of the infancy in situations of vulnerability, linked by the System for the Integral Development of the Family.

**Key words:** Social policies, social programs, poverty, civil society, lodgings.

## Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as políticas e programas sociais que têm sido desenvolvidos no México ao longo dos últimos sessenta anos, porque há pessoas que estão em situação de pobreza e vulnerabilidade, exigindo, portanto, a atenção do Estado. Durante a realização de programas sociais, estes não têm sido suficientes para combater a pobreza e que as organizações da sociedade civil desempenham um papel importante em diferentes contextos. Neste caso, eles analisar e contribuições da tabela de albergues em Ciudad Juarez, que contribuem para o cuidado das crianças em situação de vulnerabilidade, ligados ao Sistema para o Desenvolvimento Integral da Família refletir.

**Palavras-chave:** políticas sociais, programas sociais, pobreza, abrigos da sociedade civil.

**Fecha recepción:** Febrero 2016

**Fecha aceptación:** Julio 2016

## Introdução

### **O estado de bem-estar e estado de bem estar**

Entende-se por a proteção do estado de bem-estar da população dos diferentes sectores considerando focada em habitação, educação e proteção para aqueles em sectores de trabalho formais e informais direitos sociais e serviços sociais para todas as populações encontradas em situações de vulnerabilidade e pobreza. Pode-se considerar que cada país tem a capacidade de lidar com as necessidades e demandas da sociedade, governos federais e estaduais e municipais devem fornecer acesso a bens e serviços básicos, bem como o facto de a nação e do estado contemplar a avançar elementos democráticos, mas não em todos os casos é assim.

Zygmunt Bauman (1998) desenvolve conceito Ei do estado de bem-estar, que inclui os fatores e as obrigações do Estado para garantir às populações o bem-estar com dignidade ", que compreendeu a partir de cada sector e para garantir a sobrevivência de todos indivíduos com base no financiamento das instituições do estado. No contexto deste estado de bem-estar impôs a responsabilidade de servir o bem-estar de todas as pessoas que, de alguma forma, devem ser vistos e identificados por todos através de benefícios políticos e econômicos dos mecanismos da sociedade.

No caso do México, podemos considerar que temos sido através de um processo contínuo, de um estado de bem-estar para um Estado neoliberal (Herrera, 2009). O Estado-Providência assumiu o desenvolvimento social da população e uma melhor qualidade de vida, enquanto o Estado neoliberal foi centralizado em um mercado estrangeiro e a privatização dos serviços. Ao longo deste curso, a pobreza ea marginalização não foram postos de lado, mas, pelo contrário, discursos e projetos são tratadas por vários níveis do governo que procuram gerar programas sociais para reduzir a pobreza.

### **Pobreza e avaliação no México**

Para estudar a pobreza, existem várias maneiras teóricas e metodológicas de acordo com a pesquisa, seja local ou nacional, bem como as intervenções do hotel. No caso do México, há o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (CONEVAL) que gera informações sobre a situação da política social e medição da pobreza no México.

As diretrizes e critérios para a definição, identificação e medição da pobreza (2010) relatou: "A definição de pobreza considera as condições de vida da população a partir de três áreas: o desenvolvimento econômico, os direitos sociais e o contexto territorial "(p. 12). Estas três áreas ou espaços são considerados nas políticas sociais, mas de uma maneira geral, através de um estudo todos os setores vulneráveis para reconhecer o que a pobreza é. O contexto territorial é que, de certa forma, requer uma análise mais aprofundada, porque as diferenças entre setores urbanos e rurais são evidentes, bem como as necessidades das populações são diferentes.

Pobreza traz consequências que prejudicam as pessoas em risco, porque, para a renda escassa, os estoques não conseguem satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, habitação, serviços de saúde, acesso à educação e, no futuro, sistema de pensões decente. Idealmente, uma pessoa com todos estes aspectos apresentados pelo Estado foi encontrado para sair da pobreza, com empregos bem remunerados e acesso aos sistemas de educação, bem como uma proteção social inteira.

O problema é que as perspectivas políticas têm distorcido as necessidades reais da população, tornando-os uma visão bem-estar, onde um recurso considerando as pessoas passivas e apenas destinatários, sem qualquer reflexão para erradicar a pobreza de forma sustentável, é concedido e este em alguns casos, continua a causar dependência de indivíduos para o estado. Além disso, visando erros e falta de coordenação nas áreas urbanas e rurais tornar as políticas de desenvolvimento social e sociais cair em situações de corrupção e as implicações associadas a partidos políticos, bem como suspensões de recursos no eleições.

### **Políticas de bem-estar social e abordagem no México. período 1910-1970**

No caso do México, questões econômicas, sociais e políticas têm vindo a moldar há mais de 60 anos, onde os movimentos sociais e processos neoliberais têm quebrado os modelos de crescimento econômico, a substituição de importações, o desenvolvimento para dentro e economia mista (Franco, 2001). Neste ponto, a política tem jogado (e ainda desempenha) um papel transcendente, em que já não vemos a influência da sociedade civil para trazer a mudança para os movimentos, como as decisões finais para baixo de uma estrutura e processo político dominado pelas autoridades governamentais. Em qualquer governo democrático, as políticas devem ser do interesse dos cidadãos através de um diálogo com os diferentes setores sociais e as autoridades, embora isso, às vezes, não se reflete no processo político.

De acordo com o exposto, as políticas de liderar um processo em que as soluções para os problemas que enfrentam as populações são procurados. Todas essas ações são gerados ambos os setores governamentais e da sociedade civil e, em alguns casos setores privados. No caso das políticas sociais, vemos que os seus processos de influenciar o avanço das sociedades que estão em um nível ótimo de desenvolvimento.

Cecchini e Martinez (2011) descrevem a política social social como todo aquele processo que inclui o acompanhamento, execução, financiamento e avaliação, a fim de melhorar a qualidade de vida da população de um país, região ou localidade, considerando organizações comunitárias e . Além disso, os componentes de uma política social considerar promoção social, políticas sectoriais e de protecção social. Todas estas políticas económicas enraizadas que fornecem recursos para melhorar as condições de vida. A política social é entendida como o processo de ação deve ser sistemática e estratégica a partir do nível federal, estadual e local, com todos os setores que podem influenciar. Todos política social, para além de se concentrar em uma forma de bem-estar, requer melhorar as condições sociais, melhorar a qualidade de vida, contribuir para a participação social, gerar desenvolvimento local e sustentável, e realizar o trabalho de reconhecimento e exercício dos direitos sociais de cada indivíduo.

No México, este tipo de assistência social começou a partir de uma perspectiva da caridade. Guadarrama (2000) toma uma visão histórica da assistência social no México, considerando-a como uma responsabilidade pública do Estado e como um projeto do Estado que começa a se formar em meados do século XIX. Neste período, ele começa a existir pela responsabilidade liberal estado mexicano para garantir a população de bem-estar em situação de pobreza. A Igreja teve um papel importante no cuidado de populações desfavorecidas, atendendo diversos setores: infância, velhice, viúvas, os doentes e todos aqueles que necessitam de assistência. Vendo essas responsabilidades em instituições religiosas, o estado começou a assumir algumas almshouses através do governo nacional, os estados e municípios. Catered assistência social para os desabrigados, viúvas, doentes, órfãos e alguns pobres. Tanto o bem-estar das instituições religiosas e governo tentar satisfazer as necessidades da população.

As políticas sociais são parte do bem-estar e instrumentos considerados para combater a pobreza pública; também procura promover e gerar ações para populações vulneráveis são beneficiados com os programas e acções de apoio. Este foco na política social requer várias configurações

para melhorar a protecção social e os serviços oferecidos. Este é retomado em estudos voltados para o exercício de avaliação e de políticas e análise das políticas sociais destinadas a combater a desigualdade e bem-estar da população mexicana (Agudo, 2015; Barron, Gomez e Orozco, 2015) públicas.

Na visão histórica do México a partir de várias áreas de mudanças políticas e sociais são observadas. Por um lado, temos a influência do governo. Entre 1910 e 1970 podem ser analisados que trouxe contextos revolucionários inclusive para todos aqueles que necessitam de melhoria na sua qualidade de vida se aproxima: empregos, salários justos e, de alguma forma, evitar a desigualdade social. A partir deste evento, o Estado fez uma abertura para assegurar a protecção social, a fim de ajudar os trabalhadores através de sindicatos, foi investido em infraestrutura para o comércio e produção de artesanato e alimentos agrícolas foi produzido para melhorar as condições no país. O estado começou a gerar projetos e programas, a fim de promover o crescimento na sociedade, as políticas sociais, mas não têm um grande significado neste momento; Apenas o Instituto Mexicano de Seguro Social (IMSS) e do Instituto de Segurança e Sociais dos Trabalhadores (ISSSTE) Serviços foram os dois órgãos da União para a protecção dos trabalhadores mais destacados. No México, que foi fundada em 1977, o Sistema de Desenvolvimento Integral da Família (DIF), que visa promover o bem-estar social. A nível nacional é a instituição que é responsável pela promoção de ações que promovam algumas políticas bem-estar público, a fim de fortalecer as famílias e programas comunitários, em coordenação com os sistemas estaduais e municipais (BERUMEN, 1997). políticas aqui sociais, através das agências e organizações, mostrou uma abordagem bem-estar e os direitos, por isso, de certa forma, contribuições populações eram visíveis.

### **Paradigmas de políticas sociais e programas sociais. período 1980-2014**

Apesar de alguns avanços que foram obtidos entre 1980 e 1990 reduções nas políticas sociais e seus recursos para a redução da pobreza que eram. Neste período, foram caracterizados dois paradigmas de políticas sociais: considerando o estado como o paradigma dominante exerceu, e através de agências sociais um paradigma emergente (Franco, 2001). Esses paradigmas desempenhar um papel importante porque o estado pode ser considerado todas as instituições governamentais que exercem políticas e ações sociais para exercê-los, e as organizações de

paradigmas emergentes que promovem o bem-estar da sociedade através de projetos filantrópicos e informais.

No mandato do presidente Miguel de la Madrid, especificamente em 1986, eles começaram a inserir as formas de organização relativos à administração dos gastos sociais para a assistência social, a fim de fornecer e melhorar o atendimento para populações com atraso social. Ele também previu a necessidade de reconfigurar o bem-estar das crianças, concentrando-se no que o Sistema Nacional para o Desenvolvimento Integral à Família (DIF), promovendo uma assistência e cuidados para os sem-teto. Para melhorar as condições de vida de toda a população abriu uma visão geral de assistência e deixou fundo para novos delegados para a presidência. A partir do Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol), retomada por Carlos Salinas de Gortari, começou a gerar um pivô para erradicar a pobreza, procurando desenvolver o país nos seus aspectos económicos, culturais e sociais com foco em uma ampla reforma para modernizar o país. Cuidados setores programas em situação de vulnerabilidade e pobreza, até o final dos anos oitenta, gerado ações para tratar as populações em matéria de saúde, habitação, melhores condições de trabalho das áreas urbanas para, prestação de serviços rurais de base. A ligação entre o Estado e a comunidade foi mais consistente; A participação da comunidade foi refletida para o estado, e isso correspondia às necessidades dos sectores. Pronasol teve uma abordagem ao bem-estar social, produção e desenvolvimento regional (Rojas, 1992).

Ao longo dos anos, este programa tem sido moldada com os seus nomes e abordagens como Progres-Oportunidades na década de 2000 e Levy (2006) ressalta que este programa, bem como apoio com subsídios de alimentação, transporte e serviços básicos, também transferências de renda monetariamente. Além disso, a atenção na saúde das famílias beneficiárias aumentou e foram detectadas situações que põem em perigo a saúde das pessoas que vivem em áreas rurais, como antes o programa não é obrigado a assistir teve de oficinas e cuidados médicos.

Os recursos do programa de logística melhoraram em cada entidade. Os principais eixos desta política social em matéria de saúde, alimentação e educação. Em cada seis anos que tomou forma o formulário e prestação de programas sociais, até um era neoliberal que tem visto um aumento da desigualdade e persistentemente elevados níveis de pobreza (Tretteault, 2012). Este programa reconfigurado teve abrangência em termos de presença de crianças para a escola primária, secundária e, se for caso disso, a escola: as crianças mais você tem o beneficiário do programa,

mais bolsas de estudo recebidas, porque cada criança é premiada com uma bolsa para continuar sua educação ao nível do ensino médio, uma vez que depois de completar seus estudos, o programa de bolsas de estudo e não abrange a sua preparação para um sistema universitário (este voltado para famílias).

Abordagens agências governamentais exigem a participação da comunidade para melhorar as condições de desigualdade e pobreza. Programas que visam gerar proteção social, como Pronasol, Progres a em 1997, Oportunidades em 2002 (Hevia de la Jara, 2009) e Prospera em 2014, têm sido focados na certas populações, mas a relação entre as comunidades eo participação tem diminuído porque o estado assumiu de alguma forma a responsabilidade de servir os cidadãos, mas para além de vários importantes para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e participativa áreas da sociedade.

A Lei de Desenvolvimento Social Geral (LGD) 2004 identifica duas principais abordagens que analisam a natureza multidimensional da pobreza: o foco da abordagem bem-estar e os direitos. Na abordagem de bem-estar que pode ser considerado a liberdade para as pessoas desenvolverem livremente habilidades de recursos suficientes, e a abordagem dos direitos é o bem-estar dos indivíduos através da participação e exercício de seus direitos. Mas estas questões, aquelas em situação de pobreza, e mesmo aqueles que não estão nesta situação, são difíceis de ver porque estamos em uma falta de recursos para desenvolver capacidades para fazer fora da vulnerabilidade e marginalização. Apesar da implementação dos programas sociais acima mencionados, ainda não viu, mesmo nos dados estatísticos, progredir para reduzir a pobreza.

“No caso do México aumenta a pobreza de um ponto percentual e indigência 0,4. Uma das questões a serem resolvidas no México é o salário mínimo, porque é abaixo da linha de pobreza. Isso tem que ter uma solução mais estrutural”, (Vicenteño y Gazcón, 2016, s/p).

Ele também exerce a participação e defesa vemos poder de compra cada vez mais alienado; estamos constantemente a ver que as populações mais pobres são manifestados para adquirir, alcançar única repressão pelo Estado. Se as políticas sociais são projetados para melhorar as condições das pessoas que vivem na pobreza e alcançar o desenvolvimento social e participação cidadã, e os dados mostram-nos outras perspectivas, então, de onde nos posicionar para mudar de rumo do nosso país, que está em declínio em questões sociais?

Nesta seção você pode ver a abordagem das políticas sociais e seu desenvolvimento através da concentração em populações em programas de pobreza. Mostra-se que o Estado assumiu a responsabilidade de promover ações para melhorar as condições para os setores vulneráveis, mas vemos que os problemas vão além dos programas apenas de execução, porque mais do que qualquer outra coisa, a estrutura de governo em que vivemos exige mudanças em processos de políticas públicas. Assim como vemos as necessidades da população em geral, também é necessário concentrar a atenção às necessidades das pessoas sem proteção social integral e com a participação dos setores privados para melhorar as condições de vida.

### **Crianças e jovens em situação de pobreza, com proteção de sistemas de ligação e de assistência**

As pessoas que vivem em extrema pobreza e da desigualdade social em casos de crianças, jovens, mulheres e viúvas idosas, também exigem a proteção do Estado. política social e direitos sociais para estes sectores focada em uma perspectiva de bem-estar, onde os sujeitos que não tinham proteção e as possibilidades de acesso aos serviços de saúde, educação, habitação e alimentos necessários o apoio de entidades religiosas e grupos sociedade civil. a extrema pobreza ea marginalização também surgem essas necessidades das crianças, e que ambos passado e do presente, cada vez mais repercussões que afetam o seu desenvolvimento.

Pobreza está estreitamente relacionada com as práticas de discriminação e exclusão social; no caso de menores, vemos o alto grau de vulnerabilidade. Podemos ver que, por meio de programas sociais, há atenção para aqueles que estão em um ambiente familiar estável, como vemos no suporte de bolsas de estudo, recursos alimentares e apoio monetário a todos aqueles que fazem parte de programas sociais, mas onde estão os setores que estão em perigo? No caso de crianças que não são parte de um ambiente familiar estável e que eles precisam para chamar a atenção do governo para a segurança social, há um link na assistência privada.

Este sector desempenha um papel importante, uma vez que as políticas sociais são guiados por um sistema de governo específica através de suas dependências, mas, neste caso, a assistência social privado tem muito peso para garantir o cuidado e atenção das crianças. Já no diálogo e intervenção dentro da esfera governamental, estão ausentes essas relações para a organização e planejamento de programas sociais voltados para crianças e jovens. E a intervenção do Estado através de programas sociais apresentados, também é necessário que os setores privados em

conjunto para melhorar as condições sociais, não apenas como um mecanismo de ligação, mas também está sendo participantes das decisões e implementações gerado um todo processo democrático e participativo. Infelizmente, as agências governamentais não dão abertura para gerar esse trabalho em conjunto.

Em cada estado, existem leis e reformas que visam atender as necessidades das populações vulneráveis. Neste artigo, o caso de Chihuahua e Ciudad Juarez é um link para as abordagens sociais e políticas.

A Assistência Social Act público e privado para o Estado de Chihuahua expressa pelo Congresso Estadual (2015), do artigo 3 define o bem-estar, como:

O conjunto de medidas tomadas pelo governo e da sociedade, destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade e sua família, para promover suas habilidades e exercer os seus direitos e alcançar a igualdade de acesso às oportunidades (p. 2).

Nesta mesma lei é considerada bem-estar público focado sobre as medidas adoptadas pelas entidades e dependências dos diferentes agências governamentais e assistência social privado e ações por pessoas físicas ou jurídicas não para ganho pessoal ou identificados lucro.

A assistência social é parte e está associado com o serviço prestado pela empresa para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situações de aflição, para aqueles que necessitam de cuidados para as suas necessidades básicas ou para aqueles que estão em situações de desastre risco, falta de moradia, alimentação ou cuidados de saúde.

Em matéria de cuidados para menores em sistemas de proteção, tanto públicas como privadas, a assistência social é parte do sistema de proteção para o atendimento integral das pessoas em abrigos. Kurczyn (1997) menciona que, no caso do México, a assistência é exercido através de três entidades: -as duas secretarias de Estado da Saúde e Desenvolvimento Social- e agência-the descentralizada Sistema Nacional para o Desenvolvimento Integral da Família (DIF) -. Neste último caso, o promotor de Defesa da Criança e Família são parte da assistência jurídica, na família e orientação social. Estes desempenham um papel importante em crianças que estão em risco porque eles estão canalizando infantes organizações da sociedade civil, neste caso, a assistência social privado.

**Função e cuidados Sistema para o Desenvolvimento Integral à Família (DIF). Cuidar de crianças em Ciudad Juarez**

Os promotores dependem da DIF estado e comunicação com o DIF nacional; isso é feito através de escritórios de ligação e subprocuradurías encontrados em diversas entidades para expressar situações que colocam em risco a integridade dos menores. Estas agências governamentais servem os problemas das crianças que se encontram em abrigos ou lares adotivos, tentando resolver a sua situação para reintegrar com suas famílias e, em casos extremos, -los para adoção (Berumen, 1990).

Agora, ações para melhorar as condições das crianças que são atendidas ao público através do DIF requerem o apoio da sociedade civil; neste caso, elas são consideradas as instituições e organizações de bem-estar social privado (grupo casas e abrigos), onde a comunicação entre o DIF e estas organizações devem ser da melhor maneira possível para resolver os problemas das crianças nos cuidados, neste caso, "tutelado".

“A concepção tutelar surge como uma medida de controle e interação entre as famílias e do Estado sobre os membros considerada não é responsável por suas ações e vem do paradigma nomeado de entrar ilegalmente contradição profunda quando se trata de direitos, participação e assuntos sociais” (Gómez y Zanabria, 2010, p.483).

Estas crianças que estão na DIF estão sob a tutela do Estado, que é responsável pelo cuidado da criança, ea custódia total, legal e física. sistema nacional DIF tem algum controle da situação de menores em seu cuidado, já que tem várias casas e acordos com instituições privadas de grupo. Cada Estado da República tem a sua própria abordagem, formas de intervenção e acompanhamento para os casos de menores. Algumas características dessas instituições demonstram responsabilidades excessivas, trabalho, falta de pessoal, ações, programas e políticas públicas específicas para a restauração da vida familiar, da população infantil que requer cuidados de seus pais (Rodriguez, 2016) .

Embora o sistema DIF tem políticas sociais que visam atender as necessidades, no caso de crianças em situações vulneráveis, esta ação vai junto com as organizações da sociedade civil, neste caso, os abrigos, proporcionando o direito à saúde, educação e alimentação.

Podemos ver que as organizações têm uma abordagem bem-estar, mas dentro da política e gerações de planos e programas sociais enquadra a participação é limitada pela falta de oportunidades de interagir com nível governamental.

De certa forma, os recursos que as crianças recebam através de cada programa social, neste caso, o suporte de recursos de DIF em relação às organizações chamados abrigos, grupo de origem ou orfanatos, são uma maneira em que o show Unidos cumprimento dos direitos da criança. No entanto, o gasto público social sobre as crianças quase não se vê, porque a maioria dos governos só mostra figuras por sector, sem qualquer discriminação dos seus programas.<sup>1</sup>

No caso de Ciudad Juárez, certamente há uma ligação entre o sistema estadual DIF, a sede do Gabinete do atendimento da criança e da família, bem como organizações privadas e instituições, mas sem a ligação que se comprometem a trabalhar do governo.

O estudo de Dominguez Gallardo, Soroa, Moreno, Arzate e Suarez (2016) sobre o diagnóstico de albergues em Ciudad Juarez mostra a participação de 33 abrigos nos abrigos da tabela. Todos os albergues são regulados pela DIF também menores estão vinculados por esta dependência para abrigos. Albergues mesa organiza reuniões regulares a cada mês entre todos os gestores de organizações e instituições. Dos 33 abrigos registrados no Bureau, apenas 21 participaram do estudo. Os abrigos que participaram relataram ter uma capacidade para atender 1.013 beneficiários. Estes abrigos servir 748 crianças e jovens de hoje. As faixas etárias que vão de 3-18 anos. Este estudo mostrou que 9 em cada 10 crianças que residem em abrigos têm acesso à educação formal, e de acordo com as respostas às perguntas sobre educação e contribuições como um abrigo feito, considere que as crianças têm melhores oportunidades do que eles experimentaram antes entrar no albergue. Alguns dos discursos mostram que, sob as condições de pobreza em que foram gerados má alimentação, falta de cuidados médicos, bem como empregos formais para seus pais. Além disso, do ponto de vista dos gerentes e diretores, os menores tenham acesso a uma formação abrangente.

Ele também salienta que a contribuição social realizadas por essas organizações para o município corresponde a 3,1% do orçamento municipal de 2015. Estes números mostram a magnitude e

---

<sup>1</sup> Esto se puede analizar a través de la página transparencia presupuestaria para consultar la cobertura de los programas sujetos a reglas de operación, donde el Programa de Fortalecimiento a las Procuradurías de la Defensa del Menor y la Familia, S-250, muestra la distribución de los recursos para las dependencias del Sistema DIF.

importância, em termos económicos, o papel desempenhado por estas organizações da sociedade civil apoiar o crescimento e desenvolvimento de crianças e jovens. O valor dos serviços em áreas de serviço social, saúde, intermediários filantrópicos e desenvolvimento social representa 77% do valor total anual de serviços. Organizações da sociedade civil nesta cidade atender diretamente para 269,832 pessoas, um número que indica que 20% da população da cidade é o beneficiário directo da sociedade civil. Esta informação mostra o investimento, a cobertura, infra-estrutura, a participação dos cidadãos e dos serviços que estas organizações cobrem, bem como a magnitude e importância na população juarense que vai para satisfazer as necessidades básicas, mas também urgente para o desenvolvimento dos indivíduos e grupos que são incapazes de satisfazer a si mesmos.

### **Conclusão**

Podemos ver que as políticas sociais do nível de governo tem sido moldada no decorrer dos anos, e que a influência da sociedade para melhorar as condições de vida contribuíram com seu tempo para trazer a mudança no país. A intervenção do Estado tem-se centrado em um sistema de bem-estar, onde os programas sociais, por vezes, perder o foco, neste caso, a erradicação da pobreza. Parece importante considerar o papel ativo que as organizações da sociedade civil. Na década de sessenta, vimos o surgimento de uma sociedade conformista através de movimentos sociais, mas agora já não tem muito peso questões repressão de um Estado que deixou de lado o exercício dos direitos dos cidadãos. Agora vemos que a sociedade civil se manifesta de diferentes maneiras, tentando melhorar as condições para as populações vulneráveis. O caso de Ciudad Juarez e albergues tabela mostra o desempenho real para atender a essa população infantil e juvenil que exige políticas públicas específicas para combater situações de vulnerabilidade. Estas organizações produzem uma combinação de público e privado, onde a primeira se concentra em assuntos de Estado eo segundo reflete as realizações de indivíduos e grupos que não procuram satisfazer seus interesses particulares, mas aqueles de solidariedade, participação cidadã e equidade social. Vivemos em um país onde os níveis de pobreza e desigualdade têm ameaçado o aprofundamento da democracia. Nós não sabemos se há tal oportunidade de confrontar visões e buscar pontos em comum entre o setor de governo e organizações da sociedade civil, para dar sentido a ações sociais sempre inovadoras e projetos que unem estes dois sectores para melhorar a nossa qualidade de vida em algum ponto. Além disso, ao deixar a DIF durante vários anos

responsáveis pela concepção e implementação de políticas destinadas a crianças, pessoas com deficiência, as famílias e o desenvolvimento da comunidade, a prioridade tem sido o bem-estar e não uma política social baseada direitos para permitir o pleno desenvolvimento. Se considerarmos que a partir da perspectiva dos direitos humanos, o Estado tem a obrigação de garantir a eficácia dos programas e políticas das dependências para todos aqueles que, não por culpa de suas próprias situações vontade, são vulneráveis e difíceis de cobrir ele precisa de educação, emprego, saúde, habitação e, em geral de segurança, social. No momento não é apenas encontrar uma maneira de nos expressar por diferentes meios, a fim de contribuir para a análise e discussão das localidades atendidas em situação de vulnerabilidade e pobreza.

## Bibliografía

- Agudo, A. (2015). La vida social de los documentos de las políticas públicas. Nueva antropología. Volumen 28 (número 83, pp. 123-146). En línea. Recuperado el 18 de mayo 2016 de: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185-06362015000200007&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-06362015000200007&lng=es&tlng=es)
- Barrón, K.; Gómez, C. y Orozco, P. (2015). Desarrollo e igualdad de oportunidades en México: una evaluación por cuantiles del Programa Oportunidades. *Revista Legislativa de Estudios Sociales y de Opinión Pública*. Volumen 8 (número 15, pp. 107-146). En línea. Recuperado el 18 de mayo del 2016 de: [https://www.researchgate.net/profile/Karla\\_Barron/publication/281111776\\_Development\\_e\\_igualdad\\_de\\_oportunidades\\_en\\_Mexico\\_una\\_evaluacion\\_por\\_cuantiles\\_del\\_Programa\\_Oportunidades/links/55d6317308aed6a199a4c4f6.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Karla_Barron/publication/281111776_Development_e_igualdad_de_oportunidades_en_Mexico_una_evaluacion_por_cuantiles_del_Programa_Oportunidades/links/55d6317308aed6a199a4c4f6.pdf)
- Bauman, Z. (1998). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa
- Berumen, C. (1990). Funciones de la Procuraduría de la Defensa del Menor y la Familia. En *Derechos de la Niñez* (pp. 273-277). México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM. ISBN 968-36-1534-1
- Cecchini, S. y Martínez, R. (2011). *Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos*. Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).
- Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL). En línea. Consultado el 17 de mayo 2016 en: <http://www.coneval.org.mx/>
- Domínguez, J.; Gallardo, A.; Soroa, S.; Moreno, T.; Arzate, R. y Suárez J. (2016). Diagnóstico Integral de los Albergues para niños, niñas y jóvenes de Ciudad Juárez. Construyendo Capacidades en las Organizaciones de la Sociedad Civil, A.C. (Documento electrónico no publicado).
- Franco, R. (2001). Los paradigmas de la política social en América Latina. En Arteaga, C. y Solís, S. (Coords.). *La política social en la transición* (pp. 18-41). México: UNAM.
- Guadarrama, G. (2000). *Perspectivas para el desarrollo institucional de la asistencia social en los municipios*. México: El Colegio Mexiquense.
- Gómez, M. y Zanabria, M. (2010). Tutela y minoridad: nociones vinculadas al desamparo infantil. En *Anuario de Investigación* (pp. 481-503). México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. En línea. Recuperado el 15 de mayo del 2016 de: [http://www.uam.mx/cdi/pdf/publicaciones/tutela\\_minoridad.pdf](http://www.uam.mx/cdi/pdf/publicaciones/tutela_minoridad.pdf)

- H. Congreso del Estado, Secretaría de Servicios Jurídico-legislativos (2015). Ley de Asistencia Social Pública y Privada para el Estado de Chihuahua. En línea. Recuperado el 15 de mayo de 2016: <http://www.congresochihuahua.gob.mx/biblioteca/leyes/archivosLeyes/522.pdf>
- Herrera, F. (2009). Apuntes sobre las instituciones y los programas de desarrollo rural en México: del Estado benefactor al Estado neoliberal. En *Estudios sociales* (Hermosillo, Sonora). Volumen 17 (número 33, pp. 7-39). En línea. Recuperado el 12 de mayo del 2016, de [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S018845572009000100001&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S018845572009000100001&lng=es&tlng=es)
- Hevia de la Jara, F. (2009). De Progres a Oportunidades: efectos y límites de la corriente cívica en el gobierno de Vicente Fox. En *Revista Sociológica*. Volumen 24 (número 70, pp. 43-81). En línea. Recuperado el 16 de mayo 2016 de: <http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a3.pdf>
- Kurczyn. P. (1997). Asistencia social pública y privada. El trabajo voluntario. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*. Volumen 30 (número 90). En línea. Recuperado el 15 de mayo 2016 de: <http://biblio.juridicas.unam.mx/revista/DerechoComparado/numero/90/art/art10.htm>
- Levy, S. (2006). *Pobreza y transición democrática en México. La continuidad de Progres a Oportunidades*. Washington: Washington Brookings Institution Press. En línea. Recuperado el 15 de mayo 2016, de: [http://www.brookings.edu/global/progress/pap\\_spanish\\_final.pdf](http://www.brookings.edu/global/progress/pap_spanish_final.pdf)
- Ley General de Desarrollo Social (2004). *Diario Oficial de la Federación*. En línea. Recuperado el 16 de mayo 2016 de: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/264.pdf>
- Lineamientos y criterios generales para la definición, identificación y medición de la pobreza*. (2010). Diario oficial de la federación (segunda sección). En línea. Recuperado el 16 de mayo 2016 de: [http://www.coneval.org.mx/rw/resource/coneval/med\\_pobreza/DiarioOficial/DOF\\_lineamientos\\_pobrezaCONEVAL\\_16062010.pdf](http://www.coneval.org.mx/rw/resource/coneval/med_pobreza/DiarioOficial/DOF_lineamientos_pobrezaCONEVAL_16062010.pdf)
- Rodríguez, G. (2016). Situación de los niños, niñas y adolescentes privados de cuidados parentales en México. *Entre textos*. Volumen 8 (número 22, pp. 1-14). ISSN: 2007-5316. En línea. Recuperado el 18 mayo de: <http://entretextos.leon.uia.mx/num/22/PDF/ENT22-8.pdf>
- Rojas, C. (1992). *El Programa Nacional de Solidaridad: hechos e ideas en torno a un esfuerzo*. Comercio Exterior. Volumen 42 (número 5, pp. 440-448). En línea. Recuperado el 9 abril de 2016 de: <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/258/5/RCE5.pdf>

Treteault, D. (2012). *La política social y los programas para combatir la pobreza en México ¿Oportunidades para quiénes?* Estudios críticos del desarrollo. Volumen 2 (número 2, pp. 41-74). En línea. Recuperado el 7 mayo 2016 de: <http://estudiosdeldesarrollo.net/critical/rev2/2.pdf>

Vicenteño, D. y Gazcón, F. (2016). *México, uno de los tres países donde creció la pobreza: CEPAL*. Excelsior. Diario electrónico. Recuperado el 23 de marzo, de: <http://www.excelsior.com.mx/nacional/2016/03/23/1082333>